



## Ata da 5ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

<b>1. DATA E LOCAL</b>	
<b>Data:</b> 11 a 13 de setembro de 2013	<b>Local:</b> Florianópolis - SC
<b>2. PARTICIPANTES</b>	
Representantes dos Municípios integrantes do PNAFM II Representantes da UCP/SE-MF Representantes da Caixa Econômica Federal Representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento	
<b>3. DIA 11/09/2013</b>	
<p>Esta Ata registra o trabalho desenvolvido na 5ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM 2ª Fase, realizada no Município de Florianópolis – SC, no período de 11 a 13 de setembro de 2013.</p> <p>Dando início à reunião, foi composta a mesa de autoridades com o Sr. Jacemar Bittencourt de Souza, Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal, Sr. Francisco de Assis Pinto Falcão, Coordenador-Geral da UEM Fortaleza/CE e Presidente do COGEP representando os municípios, Sr. Jefferson Fonseca, Coordenador-Geral da UEM Florianópolis/SC, Sr. Luiz Alberto de Almeida Palmeira, Coordenador-Geral da Unidade de Coordenação de Programas do Ministério da Fazenda e Presidente do COGEP representando a UCP e Vereador Guilherme.</p> <p>Cada autoridade saudou os participantes, sendo que o Secretário e Coordenador-Geral Jefferson Fonseca representou o Prefeito de Florianópolis na solenidade de abertura do evento. Luiz Palmeira agradeceu a presença do BNDES e dos colegas do PROFISCO SC.</p> <p>Os trabalhos técnicos foram iniciados com a palestra “Desafios do IPTU” proferida pelo Economista José Roberto Afonso que apresentou um histórico sobre a carga tributária brasileira e dados comparativos entre os tributos. Ele esclareceu que seu estudo não pretende substituir a tributação do consumo pela patrimonial mas apenas incrementar a arrecadação do IPTU e que o apoio do BNDES e da CAIXA seria fundamental.</p> <p>José Roberto comentou que há um grande desconhecimento da sociedade brasileira sobre os impostos e que temos que cobrar o IPTU decentemente para que ele se torne um instrumento de política social. Em 100 cidades brasileiras a arrecadação do IPTU é maior que a do ISS e em algumas delas já se está fazendo a cobrança integrada com o ITR.</p> <p>Finalizando, José Roberto convidou todos os presentes a participar do Seminário “Desafios do IPTU” que será realizado em Brasília, nos dias 8 e 9 de outubro, com apoio do PNAFM, BID, e do IDP e com a participação do Ministério Público e da Frente Nacional de Municípios. Na sequência, abriu-se para debates.</p> <p>O Secretário de Finanças de Biguaçu sugeriu que no Seminário seja lançado um apelo aos prefeitos para que respeitem mais a cobrança do imposto municipal e que se olhe melhor a estrutura e a administração tributária. José Roberto respondeu que as Secretarias de Finanças teriam que ser comandadas por técnicos de carreira.</p> <p>Luiz Carlos Azambuja comentou que é a primeira vez que recebe dados sobre o IPTU. José Roberto informou que no site da STN tem todos os dados dos Estados e Municípios sobre o valor arrecadado com IPTU. Jefferson de Florianópolis perguntou se não seria melhor se a União cobrasse o IPTU para haver menos cobrança por parte da população e José Roberto disse que no plano político sim seria melhor.</p> <p>Após o encerramento dos debates foi exibido um vídeo sobre a cidade de Florianópolis, com seus pontos turísticos e monumentos.</p> <p>Na sequência, foi a vez do Secretário Municipal da Fazenda, Sr. André Luiz de Rezende, proferir sua palestra. Ele apresentou dados sobre a cidade de Florianópolis como população, área, densidade demográfica, valores arrecadados com IPTU, ITBI e ISS. Mostrou também as atribuições de sua Secretaria e as Diretorias que a compõe. Falou sobre o plano de abatimento de juros e parcelamento da dívida ativa com a criação de um Call</p>	



## Ata da 5ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

Center para os maiores devedores.

André Rezende comentou que o principal canal de entrada física na prefeitura é o Pró-Cidadão. São cinco pontos descentralizados e um no centro. Os desafios de Florianópolis são ampliar a arrecadação, reduzir custos, transformar processos físicos em eletrônicos, melhorar o atendimento ao cidadão e coibir abusos.

Dando sequência à pauta, foi a vez do Gerente Rafael Leite discorrer sobre a reestruturação que a Caixa Econômica promoveu no âmbito da GEAST e das GIDUR, com um novo modelo de gestão que começou na Matriz e vai se estender até as filiais. Com a reestruturação o objetivo da Caixa é ser o principal banco do setor público. Foi criada a GEPUB, subordinada à Vice-Presidência de Governo, e ela será responsável pelo PNAFM.

Dentre os problemas enfrentados pela Caixa estão a falta de orçamento, a alta rotatividade dos empregados e a iminência da reestruturação das filiais.

Como soluções estão sendo identificados os responsáveis pelo acompanhamento do PNAFM e aprimorado o relacionamento com as UEM. Também estão sendo desenvolvidos tutoriais para promover a agilidade na comunicação e o envolvimento das Superintendências.

Cristiano de SP compartilhou uma prática usada em seu município: quando do envio de documentos à GIDUR para pagamento, os documentos principais são digitalizados e enviados por email enquanto o processo físico inteiro segue em papel. A única dificuldade são arquivos acima de 2 MB que tem que mandar fracionado. Cristiano sugeriu usar o site da UCP para essa troca de arquivos, com área específica para parte financeira. Concluídos os debates, foi encerrado o primeiro dia da Reunião.

### 4. DIA 12/09/2013

O segundo dia da reunião iniciou-se com a apresentação do projeto de Florianópolis pelo Coordenador-Geral da UEM Jefferson Fonseca e pelo Assessor Técnico Sérgio Roberto de Lima e Silva Filho.

Foi mostrado um vídeo institucional sobre o Pró-Cidadão, projeto financiado com recursos do PNAFM.

Sérgio Filho mostrou os investimentos realizados e deu uma visão geral de como é composto o projeto, a integração dos produtos e o sistema que dá apoio ao Pró-Cidadão. Mostrou também o Portal do Cidadão que dá acesso a todos os serviços da Prefeitura.

Sérgio Filho disse que o projeto está sendo revisado e que a meta é atingir 75% de desembolso até dezembro de 2013.

Como sugestão de melhorias foram propostas: integrar os sistemas, criar um ged de documentos oficiais das UEM arquivado pela UCP para que, em caso de mudança, a nova equipe tenha acesso. Os dados não poderiam ser apagados pela equipe antiga e na área reservada pela UCP no site haveria o arquivamento de todos os projetos, podendo uma UEM ver o projeto de outra.

Luiz Palmeira elogiou a firmeza na apresentação e como o encerramento do Programa está previsto para o final de 2014, pediu aos municípios que não deixem a capacitação para a última hora, apenas cumprindo prazos e regulamento. Luiz também disse que é preciso enraizar nas prefeituras a cultura de escritório de projetos e que é ótimo que haja convênio com as universidades.

A seguir foi apresentado o projeto da UEM de Rio do Sul/SC pelo Coordenador-Geral da UEM Rubens Menslin. O valor total do projeto é de R\$ 2.722.000,00 tendo o Geoprocessamento como produto principal.

Rio do Sul já montou seu escritório de projetos que está vinculado também a outros programas. O PNAFM está ligado à Secretaria de Fazenda e Rubens elogiou a linha de crédito concedida pelo programa que permitiu que os produtos pudessem ser adquiridos, principalmente na parte tecnológica e no produto geo.

Rubens recomendou às outras UEM que se embasem nos termos de referência e nos editais de prefeituras que já fizeram o geoprocessamento, pois em Rio do Sul a empresa contratada para o assessoramento tem falhado.

Finalizando sua apresentação, Rubens informou que o atendimento ao cidadão em sua cidade ainda é feito presencialmente mas que com os recursos do PNAFM 3 eles pretendem implantar o atendimento eletrônico.

Falcão comentou sobre a visita da Marília do BID à UEM Fortaleza, onde foi dada capacitação sobre regras de aquisição do BID.



## Ata da 5ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

Marcos de SBC comentou que a modernidade facilita o geo mas muitos municípios não tem equipe hábil e mesmo em um grande município como SBC isso ocorre. Ele sugeriu que na próxima reunião do COGEP haja orientações sobre termos de referência, principalmente de geoprocessamento.

Luiz parabenizou a apresentação de Rio do Sul e disse que as polêmicas geradas são o objetivo do COGEP pois assim um município não comete os mesmos erros que outros já apresentaram ao executar seus projetos. Ele aproveitou para explicar o motivo do cancelamento da palestra sobre normas de aquisições do BID e também garantiu a atualização do ROP e do MOP, caso haja mudança nas políticas do Banco.

Em seguida, veio a apresentação do Coordenador Técnico da UEM SP sobre a metodologia para acompanhamento dos projetos de SP. O projeto principal de SP é o mapa digital que se encontra agora em pregão para o vôle e controle de qualidade do geo. Num painel se faz o controle de estoque de processos administrativos. Keity discorreu sobre o projeto e Cristiano apresentou o painel onde consta, entre outras coisas, o tempo médio de cada processo e a evolução de um processo de um exercício para outro. Dentro da ferramenta foi criada uma visão PNAFM dos processos, que mostra o previsto no SIGFIN. Antes esse controle era feito em planilha Excell. O sistema on line mostra o produto, o recurso, o valor no plano de aquisições, tem histórico mostrando quantos dias fica em cada área, faz o acompanhamento financeiro, a visão orçamentária e processual.

Tudo isso foi desenvolvido pela própria equipe de SP e Keity vai verificar se pode disponibilizar para todas as UEM.

Melillo elogiou o controle de prazos pois através do passo a passo pode-se checar os gargalos. E esta ferramenta ajuda no monitoramento feito pela UCP. Cristiano disse que o ideal seria que tivesse a relação do que foi feito em cada área por onde passou o produto.

Na continuação, o tema abordado foi Programação Financeira 2013, pelo Coordenador Financeiro da UCP Sérgio Martins. Ele informou que o plano de contas é o mesmo usado no PNAFM 1. Como estamos na reta final do programa a metodologia usada será igual à do BID. Sérgio apresentou também o formulário “Modelo de solicitação de antecipações” onde os municípios mostrarão suas necessidades de recursos. Ele ainda esclareceu que a partir da hora que o município pede recursos começa a pagar juros, mas por outro lado diminui a taxa de permanência, portanto que não tenham receio de pedir agora a antecipação dos recursos. O limite para pedir antecipação é o valor do financiamento já que não precisa se ater aos 20%. Ele lembrou ainda que o recurso fica bloqueado na Caixa, só quem pode movimentar é o município e o rendimento da aplicação desse recurso pode ser usado como contrapartida.

Sérgio se comprometeu em enviar a planilha para as UEM que deverão fazer o preenchimento mês a mês, com a mesma metodologia usada pelo BID com a UCP para liberação dos recursos.

Victor do RJ disse que a CGU questionou porque demora tanto o dinheiro a cair na conta. Sérgio disse que é por causa dos procedimentos operacionais físicos e que com o envio eletrônico espera que esse procedimento seja agilizado.

Seguindo a pauta, foi apresentada a palestra “Gestão de gente” do Programa Líderes Cariocas, pelo Presidente do Instituto Fundação João Goulart, senhor Paulo de Tarso Chad Pellon.

O trabalho da Fundação João Goulart é selecionar servidores para ocupar cargos estratégicos. Paulo Pellon também falou sobre os fóruns “De líder para líder” que foram criados para perpetuar a cultura de integração dentro da Prefeitura do RJ.

No momento a Prefeitura do Rio de Janeiro está preparando um curso de gestão com carga horária de 200 horas, um curso para gestores de alto desempenho com 100 horas-aula, um programa de gestão pública compartilhado com a cidade de Nova Iorque, além de cursos de curto prazo.

Em seguida foi a vez do grupo Auditoria (Lúcia de SBC, Edlene de Fortaleza e Verônica do RJ) posicionar o grupo quanto ao objetivo da criação da Cartilha de Auditoria, que é o de compartilhar experiências para evitar problemas com a CGU. O ideal é que a cartilha seja constantemente revisada e atualizada com as experiências



## Ata da 5ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

de todos os municípios. Lúcia disse que as normas do BID, a legislação nacional e as regras da UCP, todas tem que ser observadas.

Edlene lembrou que os servidores da UEM conhecem o PNAFM melhor do que o auditor já que ele audita vários programas. Lúcia recomendou que haja apenas um servidor para ser o contato com o auditor, respondendo as solicitações de auditoria, evitando que o auditor saia questionando a prefeitura inteira.

Rubens recomendou que se responda apenas o que foi perguntado, nada mais. Lúcia disse que o ideal é que houvesse uma padronização na auditoria e que ela fosse voltada para resultados.

Sérgio Martins disse que o TCU tem Acórdãos que podem eliminar dúvidas quando da elaboração de Termos de Referência.

Fernando da GIDUR/CAIXA disse que não há uma norma padrão, nem critérios objetivos. Ele reforçou, porém que o auditor observa a lei e se a UEM trabalhar dentro da lei não terá problema. Luiz Palmeira lembrou aos presentes que a CGU foi contratada pelo BID para auditar o PNAFM. Luiz deu o prazo de 30 dias para que as UEM circulem sugestões para melhorar a cartilha, validando-a. Foi encerrado esse assunto e em seguida os presentes se dirigiram ao prédio onde funciona o Pró-Cidadão Centro de Florianópolis.

No último dia de reunião, 13/09/2013, a primeira atividade foi a apresentação do projeto de Iguatu. Com os recursos do PNAFM foram reformadas as instalações do Posto de Atendimento ao Cidadão. Iguatu está no programa desde 2011 e o objetivo do projeto é aumentar a arrecadação própria do município com receitas advindas do IPTU e do ISS. Foi implantado o sistema integrado de gestão e promovida capacitação técnica aos servidores.

Com o cadastro multifinalitário georeferenciado que está em fase de conclusão, a foto do imóvel será impressa no carnê do IPTU. O cadastro também permitirá a concessão de autorização para obras e a atualização da base legal do município.

Continuando a reunião, a Especialista do BID Ana Lúcia Dezolt explicou que como o BID está pensando em usar totalmente a legislação nacional nas aquisições, achou-se por bem cancelar a palestra da Marília.

Ana Lúcia Dezolt iniciou sua apresentação sobre Gestão por Resultados informando que foi montado um grupo de trabalho no BID, para desenvolver e aperfeiçoar uma metodologia e instrumentos que possibilitem a Gestão por Resultados para vários programas.

A Gestão por Resultados promove o trabalho em equipe e é necessário ter uma equipe de especialistas para preparar o plano de comunicação que fará quebra de paradigmas e de internalização do assunto. As etapas são as seguintes:

- 1 - construção da agenda estratégica
- 2 - alinhamento das estruturas implementadoras, inclusive parceiros
- 3 - arranjos de monitoramento e avaliação que são as informações geradas tempestivamente para tomada de decisões. Tudo on line.

Na Gestão por Resultados tem que se trabalhar com banco de talentos, monitoramento e avaliação. Atualmente as informações são meros dados porque não se faz cruzamento entre elas.

Falcão disse que seu município já está usando uma metodologia similar fornecida pela Fundação João Cabral e que está sendo feito um plano de comunicação para sensibilizar e interiorizar a mudança de mentalidade e que o projeto gestão por resultados será transformado em lei.

Eliane do Rio de Janeiro disse que eles já trabalham nessa direção mas acha que os instrumentos como LOA e PPA deveriam convergir para a gestão de resultados. Ana Lúcia disse que se pode começar a gestão por resultados pela secretaria municipal, identificando quem dentro da estrutura será o responsável. O Banco fará também um módulo de gestão de conhecimento que será disponibilizado através de aplicativo no Ipad.

Ana Lúcia disse que cada dirigente pode implantar a gestão por resultados no âmbito de seu órgão.

Melillo perguntou o que é desmaterialização de processos? Ana disse que vai desde a digitalização simples, iniciativa de ged, redesenho de processos, qual tecnologia será utilizada, até a discussão sobre o que fazer com



## Ata da 5ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

o passivo documental. Ela ressaltou que quando tiver documentos consensuados sobre o tema poderá fazer o intercâmbio com o COGEP.

Luiz lembrou que todos os municípios já fazem gestão por resultados a partir do momento em que fazem o planejamento estratégico para o PNAFM. A intenção é despertar nos municípios o interesse pela metodologia para incrementar os resultados.

Após o intervalo, Ana Lúcia discorreu sobre as PPP que são relações público-privadas para trabalhar em parceria. Ela listou alguns Órgãos que já fazem PPP: MPOG, MF, Min. Exército, Caixa e Banco do Brasil.

Ela também comentou que o BID em parceria com o PNAFM pretende realizar um workshop sobre as Parcerias Público-Privadas em Brasília, na primeira semana de dezembro. Para subsidiar a construção do Seminário, Ana Lúcia pediu que os municípios enviem através do formulário que será disponibilizado, os temas que consideram mais relevantes. Eles também poderão sugerir palestrantes.

Alguns dos temas que serão tratados no workshop são:

Análise de mercado em cidades brasileiras;

Restrições para financiamento;

Uso eficiente para oferta de serviços via PPP

Custos de financiamento – garantias

Governança e desafios de implementação

Experiências práticas, coordenação

Experiências setoriais - energia, transporte, saúde

Controle interno e externo

Para o BID é importante que os instrumentos de acordo estejam ajustados à nova política de PPP.

Foi sugerida a extensão do convite ao Rafael da Caixa e a todas as GIDUR e que seja apresentado um painel sobre consórcio.

Ana Lúcia também informou que o BID tem uma proposta de trabalhar metodologias usadas com o setor privado junto ao setor público. O banco propõe discussão da metodologia e traz experiências internacionais. Será mostrada uma experiência da Austrália. Rodrigo sugeriu a apresentação de uma experiência PPP da Inglaterra que não deu certo pois é fundamental ver erros também.

Encerrado esse tema, foi a vez da Wilza informar sobre o Curso “Gerenciamento de projetos com foco no PNAFM”. Ela disse que ainda não foram preenchidas as 100 vagas e que as inscrições vão até o dia 27 de setembro próximo.

Melillo informou que as visitas técnicas são feitas da seguinte forma: duas na UEM e uma ida à Brasília. No entanto, este ano devido à restrição orçamentária, será uma *in loco* e uma em Brasília.

Ele também informou que a maioria dos municípios não terá necessidade de prorrogar seus projetos.

Melillo disse que haverá um encontro em Brasília e se não for possível realizar as visitas clássicas com orientações, haverá uma diretriz orientativa. Ele comentou que quando um técnico visita a UEM a vê como um todo e quando a UEM vai à Brasília ela interage com a UCP inteira.

Luiz pediu que município indique qual tipo de visita quer receber: se mais voltada para o financeiro ou para o institucional.

Rodrigo iniciou sua fala sobre monitoramento falando que a terceira fase do PNAFM depende da segunda, então os municípios tem que executar. O ideal seria condicionar a liberação de recursos ou a aprovação de revisão ao envio da planilha de monitoramento.

Rodrigo orientou os municípios a pedirem apoio institucional à UCP em caso de falta de patrocínio por parte do prefeito. Ele pediu aos municípios que enviem as planilhas de monitoramento trimestralmente.

Lúcia de São Bernardo sugeriu que a UCP envie um feed-back do monitoramento enviado pela UEM ao Prefeito, aos Secretários e para o Coordenador Geral da UEM, mostrando cobrança por parte do MF.

Luiz Palmeira comentou que se está analisando a necessidade ou não de estender o prazo para execução da 2ª



## Ata da 5ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

Fase.

Na sequência, Pedro Paulo de Araçatuba apresentou seu projeto municipal iniciando com dados demográficos, PIB, e orçamento. O valor do empréstimo PNAFM é de R\$ 2.956.000,00 e é voltado para melhorar a arrecadação do município. Seus produtos são: capacitação, consultoria, equipamentos e sistemas de tecnologia.

Luiz parabenizou a apresentação e elogiou o percentual de 26% para capacitação no projeto.

Continuando a reunião, Luiz Palmeira informou que a RFB não mandou a resposta oficial sobre a consulta feita sobre a retenção do IRPF, mas em conversa informal disse que o auditor que foi a SP se confundiu. Luiz disse que o Decreto está sendo observado no que se refere às faixas de incidência e que o Auditor Fiscal da RFB mandou manter a rotina de retenção. Sérgio Martins comunicou que a CAIXA foi informada do procedimento, ou seja, que se o município tiver retenção desconto de sua contrapartida, não marcando como fonte BID. Sérgio vai enviar por email o que deve ser considerado.

O último assunto tratado foi a definição do local da próxima reunião do COGEP. Luiz Palmeira ponderou que a escolha da cidade sede sempre é feita pelos municípios mas que dessa vez já está definido que será em Brasília, na primeira semana de dezembro, conciliando o Seminário sobre PPP, 2 dias para o PNAFM 2 e encerramento do PNAFM 1. No total, 5 dias de atividades. A UCP comunicará oficialmente que a 6ª Reunião do COGEP será em Brasília, de 2 a 6 de dezembro.

Luiz Palmeira manifestando-se sobre o evento agradeceu a presença de todos e em especial o carinho ofertado pela Tina e pela Marise, pelo Jefferson, pelo Albino e recepcionistas. Agradeceu a parceria da CAIXA no coffee break e aos representantes dos municípios de Santa Catarina presentes.

Jefferson Fonseca agradeceu em nome do Prefeito de Florianópolis, da Secretaria de Fazenda, da UEM, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável e de toda a equipe municipal.

Deu-se por encerrada a 5ª Reunião do COGEP.